

RESENHA

NORÕES, Katia; SANTOS, Maria Walburga dos; SANTIAGO, Flávio [Orgs.]. Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022

Gioconda Ghiggi¹
Débora Reis Schnekemberg²

Os fluxos migratórios contemporâneos para o Brasil, principalmente nos últimos dez anos, são marcados por um intenso deslocamento Sul-Sul, com a presença de venezuelanos(as), haitianos(as), bolivianos(as), angolanos(as) entre outros migrantes que se deslocam fugindo de conflitos e em busca de uma vida melhor. Fazem parte desses processos de deslocamentos as crianças desacompanhadas e aquelas acompanhadas de familiares. Crianças de diversas idades que chegam ao nosso país e, considerando tratados internacionais e a legislação nacional, têm direito à educação, saúde, lazer, entre outros benefícios. É neste contexto e na busca de dialogar com pesquisadores(as), profissionais da educação e interessados(as) nas infâncias migrantes que se apresenta o livro Crianças em Deslocamentos: Infâncias, Migração e Refúgio.

Como relatam as organizadoras Katia Cristina Norões e Maria Walburga dos Santos e o organizador Flávio Santiago, a produção em tela nasceu da proposta do Curso de Extensão Crianças em Deslocamentos: infâncias, migração e refúgio (mesmo nome do livro), realizado pelo Núcleo de Educação e Estudos da Infância, do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar – Campus Sorocaba. A oferta do curso e o diálogo com pesquisadores(as) alicerçam o livro que foi organizado em duas partes com dezesseis capítulos, que apresentam dados nacionais e internacionais e reflexões que transitam nas áreas da educação, sociologia, geografia, antropologia, entre outras. Considerando a complexidade de um livro com dezesseis capítulos, optamos por estruturar o texto citando todos(as) os(as) autores(as), títulos e um breve comentário sobre os principais pontos de cada escrito.

A primeira parte, intitulada **Infâncias em movimento: histórias, fronteiras e trabalho**, é constituída por sete capítulos. Abre a sequência de capítulos o texto da pesquisadora Zeila de Brito Fabri Demartini, intitulado “Vivências infantis e juvenis de imigrantes em diferentes contextos histórico-sociais”, no qual a autora apresenta reflexões sobre os processos de escolarização envolvendo crianças e jovens migrantes nos séculos XX e

¹ Pedagoga, Instituto Federal do Paraná, Mestra em Educação, gighiggi@yahoo.com.br.

² Professora de educação infantil; Prefeitura Municipal de Florianópolis; Mestra em Educação; debschnekemberg@gmail.com.

XXI em São Paulo. Um ponto relevante que destacamos deste capítulo é a afirmação da autora de que não existe um padrão quanto aos processos de escolarização, pois cada grupo vivencia experiências educacionais diferentes. Assim, decorre a necessidade de olhar para “os processos migratórios, considerando a complexidade de situações vivenciadas por diferentes imigrantes, problematizando a representação do imigrante ‘genérico’” (DEMARTINI, Zeila, 2022, p. 55).

No segundo capítulo intitulado “Cruzando fronteiras por dentro: crianças afro-colombianas deslocadas/despejadas no Pacífico sul da Colômbia”, de Angela Yesenia Olaya Requene, traduzido por Mariotides Gomes Bezerra, temos como lócus a fronteira entre a Colômbia e o Equador. Com base nos depoimentos das crianças e outros pontos do contexto de migração fronteiriço Colômbia-Ecuador, a autora coloca dois dilemas da migração transnacional de crianças e famílias afro-colombianas: o primeiro é o deslocamento para o Equador onde “as pessoas vivem experiências de discriminação e exclusão, sendo cada vez mais vistas como ameaça e incômodo político” (REQUENE, Angela, 2022, p. 72); e o segundo dilema são as experiências na ‘nova’ casa onde “as redes de parentesco tornam-se o espaço de acolhimento e ajuda para a adaptação na sociedade receptora” (REQUENE, Angela, 2022, p. 72). As crianças afro-colombianas são lembradas pela sociedade equatoriana que não são daquele lugar, além de sofrerem com situações de racismo. Partimos para outro continente, e chegamos na Itália, terra da pesquisadora Stefania Lorenzini, autora do Capítulo 3, intitulado “Menores Estrangeiros não Acompanhados: Oportunidades de Estudo e de Trabalho”. Pesquisa Qualitativa nas Comunidades de Segunda Acolhida na Emília-Romanha (Itália), tradução de Domenico Cosentino. Neste capítulo a autora apresenta dados da pesquisa realizada em 2017 com profissionais que trabalham em instituições de acolhimento de tipo familiar que recebem crianças e jovens migrantes e refugiados desacompanhados. Os(As) profissionais relatam que o trabalho é algo de grande interesse desses jovens migrantes, pois muitos carregam a esperança de toda uma família que ficou no país de origem e aguarda alguma ajuda. A educação é outro aspecto que os(as) jovens migrantes desacompanhados(as) consideram, segundo os(as) profissionais entrevistados, de grande interesse.

Retornando para o Brasil, temos o Capítulo 4, “Entre o aqui e o lá: movimentos com presenças infantis e as geografias das precariedades e das esperanças”. Um texto, propositalmente, feito em duas partes. No início do texto o pesquisador Jader Jane Moreira Lopes nos provoca com a pergunta: como narrar a vida de alguém? Com conceitos da área da geografia o autor apresenta uma importante contribuição para compreendermos as infâncias migrantes considerando o “aqui”, seus locais de origem, e o “lá”, outras geografias.

No quinto capítulo, “Dentro da tragédia norte-americana: a exploração da criança migrante latina na fumicultura estadunidense”, a pesquisadora Soraya Franzoni Conde retrata como o segundo país mais rico do mundo explora as crianças latinas. A falta de legislação que proteja os(as) trabalhadores(as) do campo e os riscos decorrentes da migração ilegal (deportação, prisão e separação de suas famílias), são elementos que corroboram para que o trabalho de crianças migrantes em lavouras de tabaco nos Estados Unidos esteja presente e como este trabalho das famílias migrantes são “uma solução cruel para as recorrentes crises que afetam a economia capitalista norte americana” (CONDE, Soraya, 2022, p. 136).

Seguindo com contribuições internacionais, no Capítulo 6, “Infâncias Rom na Itália: fronteiras morais, espaciais e políticas”, da pesquisadora Alice Sophie Sarcinelli, traduzido por Maria Aparecida Antero Correia, observamos como a sociedade italiana construiu os estereótipos sobre o referido grupo étnico (Rom) e como essa sociedade (não-Rom) compreende a infância das crianças Rom. Para crianças e adolescentes Rom, a escola não é necessariamente um espaço acolhedor, mas alguns caminhos estão sendo construídos com professores(as) que buscam um olhar intercultural, buscando um equilíbrio que valorize as origens e a identidade Rom. Finalizando a primeira parte do livro, temos o sétimo capítulo de Iskra Pavez-Soto, Juan Ortiz-López e Monique Voltarelli. No texto “Em pé nos semáforos: representações e análise interseccional de crianças migrantes na pandemia”, temos outra contribuição internacional, mais especificamente da região Norte do Chile, em tempos de pandemia de Covid-19. O estudo sobre as representações sociais de um grupo de mulheres interventoras da “primeira linha social” sobre infância migrante durante a pandemia, revelaram a necessidade de reavaliar a infância migrante pós pandemia e a reconfiguração das representações sociais da categoria infância.

Com nove capítulos, a segunda parte do livro **Infâncias em mobilidade: acolhimento, escolarização e direitos**, também é composta por autores(as) e pesquisas nacionais e internacionais. No primeiro capítulo da Parte II (Capítulo 8), “Breve ensaio sobre a apatridia, infância inexistente e as políticas educacionais para não nacionais”, as autoras Kátia Norões e Maria Walburga dos Santos apontam a importância e os avanços nos campos jurídicos e políticos em relação à apatridia, infância e políticas educacionais, considerando que o tema (apatridia) ainda é pouco tratado nas pesquisas. No Capítulo 9, “Migrações, refúgio e deslocamentos: perspectiva intercultural de acolhimento desde a infância”, dos autores Paulo Daniel Elias Farah e Arthur Oriel Pereira, ambos escrevem sobre os territórios de São Paulo. Levantam reflexões críticas das práticas de acolhimentos a migrantes, refugiados, deslocados e apátridas, presenteando-nos com práticas assertivas, ainda que não suficientes, das relações

de parcerias de uma instituição não-governamental com escola e universidade públicas. A partir da perspectiva decolonial da interculturalidade crítica os autores reafirmam a importância da Universidade pública estreitar vínculos com escolas e outras instituições sociais no compartilhamento de saberes e ações, fortalecendo as redes de apoio à comunidade migrante. E reiteram a urgência de construir políticas públicas e estratégias interculturais de acolhimento e de promoção da dignidade humana, por meio de abordagens críticas que compreendem o outro como sujeito e agente social, que dialogam com diferentes processos culturais, migratórios e educacionais, que compartilham e fortalecem “nossa incrível capacidade de resistir e criar possibilidades de existência desde a primeiríssima infância” (FARAH; PEREIRA, 2022, p.234).

Da Espanha, de autoria de Miquel Àngel Essomba Gelabert, tradução feita por Yeda Cândido, o Capítulo 10, “Processos de chegada e acolhimentos de crianças migrantes e refugiados na escola na Catalunha” (Espanha). O pesquisador aborda o tema do acolhimento às crianças migrantes e refugiadas com base em dois estudos de caso, de duas unidades educativas, que atendem crianças de três a dezesseis anos, dos ensinos primário e secundário. O texto evidencia uma profícua relação das escolas com organizações sociais, diante dos ineficientes investimentos da administração pública, relação essa que trabalha com atividades extracurriculares de atenção psicossocial e de acompanhamento das atividades curriculares. Além de tecer sobre os processos de acolhimento, também trata das avaliações de aprendizagem que incluem aspectos holísticos, que relacionam a aprendizagem curricular com os aspectos socioemocionais dos migrantes. Conclui o artigo com algumas recomendações político-práticas no sentido do acolhimento do estudante e sua família.

De volta para o contexto da educação pública no Brasil, Lineu Norio Kohatsu, Adriana de Carvalho Alves Braga e Ana Katy Lazare Gabriel, no Capítulo 11, “Crianças de origem imigrante em uma escola pública de São Paulo: as barreiras idiomáticas em questão”, as(os) autoras(res) discutem a diferença linguística que foi reforçada pelas professoras e a gestão escolar como uma das questões que têm se tornado barreira para o acolhimento dos estudantes migrantes dos anos iniciais do ensino fundamental, além dos preconceitos e das discriminações sofridas, principalmente pelos migrantes do Cone Sul. O artigo elucidou atitudes contraditórias da equipe pedagógica (professoras e gestão escolar) no acolhimento e no processo de alfabetização, por um lado, posturas acolhedoras e potentes, por outro, entendimentos e posturas xenofóbicas e racistas, que equivocadamente retiram a língua materna do estudante do ambiente escolar, por acreditarem ser uma das barreiras na sua alfabetização na língua portuguesa. “Acolher não significa apenas aceitar e tolerar a presença do estranho; mais do que

não discriminar, implica em assumir uma posição ativa de romper as barreiras objetivas e subjetivas que dificultam a inclusão plena.” (KOHATSU; BRAGA, Adriana; GABRIEL, Ana, 2022, p.281)

Ainda em São Paulo e sobre a temática linguística, Flávio Santiago e Isabella Brunini Simões Padula, no Capítulo 12, “Acolhimento de crianças migrantes sírias na educação infantil da cidade São Paulo”, contextualizam o tema da infância e migração no estado de São Paulo, trazendo um debate muito importante sobre a constituição dos Estados-nações e tratando do acolhimento vivenciado por uma criança síria numa creche da rede pública municipal, refletindo sobre o trabalho de sua professora. Ressaltam a observação atenta e a criação de vínculos afetivos como fulcrais para comunicação, conseqüente acolhimento e inclusão da criança migrante, no contexto da creche, diante do entendimento de que as crianças também se comunicam por meio de outras linguagens, não somente a oral/fala. Por fim, sugerem a filosofia ubuntu e o afeto como princípios indispensáveis para o acolhimento na educação infantil.

Agora no contexto italiano, no Capítulo 13, “Infâncias daqui e de origem estrangeira: as educações de gênero implícitas”, traduzido por Maria Aparecida Antero Correia, o autor Giuseppe Burgio traz reflexões muito caras a respeito da educação de gênero (nos espaços formais, não-formais e informais de educação), na infância e com foco nas crianças migrantes. O pesquisador nos mostra que grande parte da educação de gênero é feita por meio dos meios informais; no âmbito não formal ela é fortemente orientada pela família; e nos espaços formais, escola e universidades, apesar da produção científica relevante na área de gênero, na formação inicial e continuada e no trabalho pedagógico com os estudantes quase nada é feito. O autor compreende que “A educação de gênero formal na escola é, do meu ponto de vista, útil, [...] visto ser a única pedagogicamente orientada, culturalmente elaborada e socialmente avaliável.” (BURGIO, Giuseppe, 2022, p.329) E ainda salienta, a respeito da abordagem intercultural, “No âmbito escolar, sobretudo, pode potencialmente se realizar uma consciência intercultural que possa presidir à “tradução” entre os modelos de gêneros presentes nas várias culturas.” (BURGIO, Giuseppe, 2022, p.329) E fala da necessidade de uma pedagogia intercultural e interseccional para uma educação de gênero que atravesse a escola e os espaços não-formais e informais.

Voltamos a São Paulo, com as pesquisadoras Maria Luiza Couto Lorena e Maria Leticia Nascimento, o Capítulo 14, “Deslocamentos, acolhimento e formação de professores: considerações a respeito da imigração das crianças pequenas na cidade de São Paulo”, aborda a formação inicial e continuada de professoras e nos revela a ausência de projetos e ações que visem as práticas pedagógicas de inclusão e acolhimentos das crianças migrantes. Na formação

inicial, com base nos currículos de formação docente das universidades analisadas não foi encontrado nada referente ao tema da migração infantil. Dessa forma, o estudo, ainda em andamento, sugere a necessidade de mais pesquisas sobre essa temática.

Vamos para o Sul do Brasil, com os dois estudos feitos por Maria Luiza Posser Tonetto, Renan Santos Mattos e Sueli Salva, que contribuem com o Capítulo 15, “Infâncias e imigrações em Santa Maria - RS: entre silêncios e a luta pelo direito à educação”. Nesta pesquisa retrataram-se diversas e diferentes formas de silêncios e silenciamentos cometidos por parte das unidades educativas e da secretaria municipal de educação na busca feita por meio destes que tinha por objetivo mapear as crianças migrantes e refugiadas presentes no município supracitado. O artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado que dialoga com conceitos e autores da educação e de outras áreas de conhecimento muito potentes e urgentes para ampliarmos os entendimentos sobre os sujeitos migrantes, infâncias migrantes, a política do silêncio e a invisibilidade das crianças migrantes. Evidenciam a invisibilidade das crianças migrantes e a ausência de formação continuada que poderia levar à inclusão e ao acolhimento destas crianças; ambos os aspectos reforçam relações atravessadas pelo racismo e o adultocentrismo. Por fim, sugerem que as relações entre nação e infância nos permitem problematizar a existência de grupos subalternizados com o intuito da consolidação de seus direitos.

Do interior de São Paulo, no Capítulo 16, “Imagens das infâncias na Colônia Pinhal”, as(os) autoras(res) Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira, Macioniro Celeste Filho e Graciele Aparecida da Silva, por meio dos registros históricos levantados com base em imagens feitas pelas famílias nas últimas décadas do século XX e início do atual século, e na memória coletiva, nos mostram o cotidiano de bebês e crianças de famílias japonesas no assentamento rural originalmente composto por japoneses e seus descendentes, criado em 1960. As fotografias mostram a criança e o seu brincar, incluindo o cotidiano deste contexto rural onde estas crianças vivem e brincam em espaços do trabalho, da vida familiar e do ambiente escolar. E por fim, ressaltam o fato de o recorte fotográfico ter sido feito pelos adultos, o que revela uma face, mas omite outra.

Consideramos o conjunto de textos organizados na publicação *Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio* uma importante contribuição para os estudos das infâncias migrantes, uma temática complexa, com diversas realidades e especificidades. Ao mesmo tempo que a publicação amplia o olhar de pesquisadores(as) e de profissionais que trabalham com as crianças migrantes em vários contextos, principalmente a escola, ela motiva o trabalho com mais pesquisas, principalmente no contexto nacional. Observamos a importância da interdisciplinaridade, da interculturalidade e da interseccionalidade na

construção das pesquisas que compõem essa obra. O reconhecimento das crianças migrantes enquanto sujeitas de direitos e agentes sociais também foi evidenciado em todos os capítulos.